

ENTREVISTA COM ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Cândido Mendes. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1991), mestrado em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2005). É Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Membro das Comissões Permanentes de Direito Administrativo e de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Membro da Comissão de Direito Econômico da OAB. Membro da Comissão de Assuntos Legislativos da OAB/RJ. Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ.

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, Brasil).
augusto@dalpozzo.com.br
ORCID: [000-0001-8891-7080].

RICARDO MARCONDES MARTINS

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, Brasil).
ricmarconde@uol.com.br
ORCID: [0000-0002-4161-9390].
DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.25].

ÁREA DO DIREITO: Administrativo

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA | RDAI – Nossa¹ primeira pergunta é a mais pessoal. Como surgiu a escolha pela área jurídica? E pela docência? Como o senhor vê a atividade de professor? Tem críticas à carreira? E a atividade de Procurador do Estado? Como o senhor vê a instituição? Tem críticas?

-
1. Como citar esta entrevista | *How to cite this interview*: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes. [Entrevistadores]. Entrevista com Alexandre Santos de Aragão. Concedida pelo Zoom em 06.10.2021. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI*, São Paulo, ano 7, n. 25, p. 325-350, abr./jun. 2023. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.25].

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO – A escolha do direito começou no colégio. Tem aquelas coisas de teste vocacional. Hoje, eu acho que quase não se faz mais. Mas na época tinha teste vocacional, e indicou que eu teria jeito para atividades ligadas à persuasão, raciocínios persuasivos. Então, saiu direito, diplomacia, jornalismo. E aí eu estava tendo uma aula de História em que o professor falou: “Olha, gente, vou dar agora Revolução Francesa; para quem for fazer Direito, Revolução Francesa é muito importante”. Escutei aquilo, tive Revolução Francesa e gostei muito. É aquela coisa meio intuitiva: “Se o professor falou que, para quem for fazer Direito, Revolução Francesa é importante e eu gostei muito de Revolução Francesa, então devo gostar de Direito”. Realmente, Augusto e Ricardo, acho que eu não imaginava o quanto a gente ia passar o resto da vida estudando Revolução Francesa... princípio da legalidade, Iluminismo, direitos individuais, separação de poderes, poder regulamentar, hierárquico. Tudo realmente começou na Revolução Francesa. Esse professor de História realmente vaticinou muito bem.

Agora, na época fiquei na dúvida entre Direito e Diplomacia, porque eu gostava de viajar e dessas grandes funções estratégicas dos diplomatas. Mas na época não existia o curso de Relações Internacionais, era só o Rio Branco, que se cursava depois de outra Faculdade. Faziam Direito ou Línguas, História.... Aí, ao longo da Faculdade de Direito, fui me desencantando com o Itamaraty, até em razão de experiências de pais de amigos, de amigos. Eu vi que a realidade da carreira de diplomata era muito menos glamorosa e muito menos interessante do que eu imaginava. Na verdade, é só uma meia dúzia que traça as grandes políticas internacionais do país, a maioria está lá no consulado, quase em uma atividade cartorial. Aí desanimei.

A primeira metade da Faculdade foi tranquila, me diverti bastante. Na segunda metade, eu pensei: “Agora eu vou pegar firme”. Fiz uma viagem para Machu Picchu, para me despedir da boa vida. Fomos eu e mais dois colegas de Faculdade, de mochila, para Machu Picchu. Viajamos dois meses pela América Latina. Quando voltei, eu era do turno da noite, passei para o turno da manhã e virei um dos maiores CDFs da turma. Minha turma era uma turma muito boa. Da minha turma, hoje, só da UERJ, tem oito professores, tem três da PUC, de várias áreas do Direito. Tem Daniel Sarmiento, professor de Direito Constitucional, Vânia Siciliano Aieta, professora de Direito Eleitoral, Carlos Edison do Rêgo Monteiro, professor de Direito Civil, Julian Chediak, professor de Societário da PUC, Alexandre Câmara, desembargador e renomado autor processualista civil, Patrícia Glioche, professora de Direito Penal. Então, muitos professores da UERJ, ou da PUC, ou da UFRJ, e eu estou me esquecendo de outros nomes.

Então, era uma turma realmente muito boa. Diz a lenda que a turma de maior CR coletivo da história da UERJ. Então, essa turma foi de muito alto nível, realmente foi uma turma rara em termos de colegas. Também teve duas grandes sortes

OMS, do órgão internacional, e os entes subnacionais estão mais alinhados com as diretrizes da OMS. Será que o Supremo estaria interpretando a Constituição de maneira tão deferente aos entes subnacionais se o Executivo central estivesse afinado tanto quanto os entes subnacionais com a OMS? Eu tenho um palpite que não.

Então, há fatores não jurídicos que determinam as decisões. Lógico que existe! O direito não é a mais importante força decisória da sociedade. Nós temos um papel bem mais modesto do que às vezes nós imaginamos.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA | RDAI – Como o senhor vê o ensino no Direito atualmente? Pareceemos vivenciar uma crise no uso do vernáculo e no aprofundamento teórico. Como lidar com isso?

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO – Muito triste! É curioso que o *top* dos alunos continua sendo o *top*. O que continua sendo *top* continua mais ou menos sendo a mesma quantidade. O que diminuiu muito foi o esquadrão intermediário. A minha sensação é essa. Acho que a principal razão é a falta de leitura. Essa é principal razão! Uma coisa meio *millennial*, que se diz, assim, de querer a rapidez das coisas.

Agora, por exemplo, falando do que vocês perguntaram, de Direito Público e Direito Privado, estou lendo o *Tratado de Direito Civil Belga* do Henri De Page. Parar para ler um jornal? É uma coisa que não existe muito esse referencial para eles. Eles leem a manchete. Então eu acho que a origem de tudo isso está na falta de leitura. E a falta de leitura tem como origem uma visão das coisas da vida sendo alcançadas de forma muito fáceis e rápidas. Uma falta de paciência. Acho que a informatização atrapalhou muito porque se acostumaram a ter tudo muito rápido e muito imediato, e a formação é demorada.

Eu acho que há essa falta de paciência para coisas que demandem tempo, e as coisas importantes da vida, as aprendizagens mesmo da vida, a formação da vida, é lenta, não tem como ser rápida, não é o *WhatsApp*. Acho que isso é um mal inevitável. Acho que isso está criando uma separação de classes. Lógico que as classes econômicas são determinantes, mas, dentro das classes econômicas e culturais que têm acesso à cultura, há um grupo, é péssimo usar essa expressão, mas é um grupo de “analfabetos funcionais” mesmo. Você tem um grupo de “analfabetos funcionais” e um grupo de gente brilhante, poucos, pouquíssimos. Os brilhantes continuam sendo os brilhantes, felizmente eles não deixaram de existir. Agora aquele pessoal que se virava, que não estudava tanto, mas que tinha um conhecimento geral de História, de Economia, do que estava acontecendo, esse pessoal quase não existe mais.

Eu, por exemplo, em plena época da Comissão da Verdade, quando estava aquele debate, já tinha a discussão, aqueles militares que não estavam aceitando, eu estava até querendo dar um exemplo de descentralização material, da qual estávamos falando em resposta anterior. Perguntei em uma turma de 50 pessoas. Todo dia no jornal tinha reportagem sobre a Comissão da Verdade, todo dia. Perguntei: “quem

já ouviu falar da Comissão da Verdade?” Eu não perguntei o que era. Quem já tinha ouvido falar desse nome. Duas pessoas tinham ouvido falar.

O que eu tento fazer na Graduação é o seguinte: em toda prova minha eu faço uma questão de bibliografia, a pessoa é obrigada a ler. É uma questão para saber se a pessoa leu. Uma tentativa que eu faço é essa, colocar em uma parte da prova uma questão de bibliografia. Quer ver um exemplo da degradingolação? *Vade mecum!* O Direito foi se complexificando, o Direito foi aumentando, e os livros foram diminuindo. Como pode isso? Antes havia *Legislação de Direito Administrativo*, um cahamaço. Hoje é *Vade mecum* Administrativo, Tributário e Constitucional com a metade do tamanho! Não faz sentido isso. Isso é um retrato dessa fadada ao insucesso tentativa exagerada de simplificação.

Você já viu o resumão de Direito Administrativo que vende na banca de jornal? É uma folha do tamanho de uma cartolina plastificada, que tem “todo” o Direito Administrativo nela.

Outro dia, eu fui a uma livraria aqui no Rio e a distribuição dos livros estava por concurso público: OAB, Procuradoria do Estado, Procuradoria do Município, MPF... Falei: “Gente, não é por matéria, não é por autor?” Não, é por banca de concurso. Aí fica difícil! Agora, no topo acadêmico, no topo profissional, a coisa continua felizmente mais ou menos igual. O bloco intermediário é que caiu.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA | RDAI – Por fim, qual é a sua mensagem para os operadores do direito e para os estudantes do Direito Público?

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO – Acho que é tentar, na medida do possível, se afastar das ondas, seja das ondas de revisão dos paradigmas, seja das ondas de manutenção dos paradigmas. Acho que se vai muito por onda no Direito Público. Aí tem a onda da ponderação! Aí tem a onda do fim da supremacia do interesse público, aí vai todo mundo. Seguem cegamente a onda, aí certas coisas são totalmente ruins, outros institutos totalmente bons. Uma literatura alemã que estou lendo agora está me fazendo ter alguma análise, de certa forma, mais equilibrada e crítica de ondas doutrinárias. Então, eu daria essa sugestão, de ver as ondas com mais distanciamento, no curso completo dela, seja que onda for.